

Geografia política da água e seus recursos de poder no início do século XXI

Political geography of Water and its issues of power in the beginning of 21st century

Fabrício Henricco Chagas Bastos*

Meridiano 47 vol. 11, n. 122, nov.-dez. 2010 [p. 18 a 26]

Introdução

As transformações que vêm ocorrendo no sistema internacional neste início de século XXI, especialmente a partir da década de 1990, são inegáveis e adquirem, cada vez mais, um ritmo bastante acelerado. Estas projetam um cenário no qual as variáveis clássicas presentes na agenda internacional interagem e colidem com novos temas, provocando inovações das estruturas político-econômicas do sistema internacional, em um ambiente de transição – entendido como um estado em que os esquemas tradicionais já não mais se aplicam e os novos ainda não se consolidaram o suficiente para se imporem.

As dimensões clássicas que formavam a matriz das relações internacionais – econômica, política e militar – deixaram, com a despolarização e a dissociação hegemônica, de hierarquizar-se de maneira simples e absoluta. Isto implica dizer que, em certa medida, a contenção mútua que caracterizou a Guerra Fria, de outro modo, a busca por salvaguardar os interesses nacionais, maximizando vantagens políticas e econômicas, não foi substituída pela supremacia de valores ou princípios. Tal como se tem notado nos relacionamentos complexos entre os principais atores, as dimensões das relações econômicas, políticas e militares dão margem a mecanismos independentes de cooperação e conflito, isto é, pode-se cooperar, rivalizar e confrontar-se, independentemente do que ocorra em cada uma das outras (ALBUQUERQUE, 2006).

Apesar do aprofundamento da interdependência nas relações internacionais nos últimos vinte anos, as proposições sobre a decadência do Estado enquanto protagonista da cena internacional – que estaria perdendo sua posição dominante para atores e forças “não-estatais”, como as corporações multinacionais e as organizações não-governamentais (ONGs) –, mostraram-se falhas, haja vista que os Estados continuaram a ser os responsáveis pela resolução de questões como a paz, a fome e o meio ambiente. Além disso, os indivíduos continuaram se identificando, tanto quanto antes, com os Estados e os consideravam como essenciais para o desempenho de funções de segurança, representação e bem-estar (HALLIDAY, 1999, pp. 28-29).

A agenda internacional modificou-se sensivelmente, tornando-se mais complexa e abarcando uma variedade mais ampla de objetivos. Os assuntos de natureza financeira, econômica, energética, ambiental, alimentar, etc., ganharam força em detrimento da política militar, tão privilegiada pela bipolaridade. Os argumentos sobre uma não existência de uma hierarquização dos temas no cenário internacional (em oposição a dualidade realista entre *high politics* e *low politics*), mostram-se verdadeiros.

* Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – Nupri/USP (fabriciohbastos@gmail.com).

A partir disso, a concepção deste trabalho fundamenta-se na crença de que a questão ambiental inseriu-se no debate sobre as opções de política internacional a serem adotadas pelos Estados, dada a complexidade de relações que envolve e sua participação nas acomodações políticas, geopolíticas e econômicas. Isto se clarifica, ao observarmos o fato de a política externa do governo Obama entender que a questão hídrica abre precedente para que se lance mão de uma “diplomacia preventiva”, na qual os problemas são “abordados cedo e de modo pró-ativo”. De outro modo, representa uma grande oportunidade diplomática e de desenvolvimento neste início de século, que permite salvar milhões de vidas, alimentar os famintos, dar poder às mulheres, promover interesses de segurança nacional e proteger o meio ambiente. Este último, em face das diversas interações que promove, começa a ser entendido como fonte de poder no cenário internacional.

Com isso, procura-se entender como os estoques de recursos hídricos, por meio da análise de conflitos existentes ou potenciais por água entre os países, podem ser tomados como parte desta nova fonte de poder da sociedade internacional que se configura no início do século XXI, e também, quem são os detentores deste poder percebido.

Meio ambiente e poder

Quando se trata das novas fontes de poder para os Estados, é preciso antes observar as mudanças ocorridas nos últimos trinta anos do século XX, em que a *détente* das relações bipolares entre as superpotências abriu espaço para que novos temas fossem incorporados à agenda internacional. Temas estes que tiveram ampla discussão à época, estruturaram-se a despeito das profundas alterações sistêmicas, e ganharam status de estratégicos no pós Guerra Fria. Neste sentido, podem ser apontados como dotados destas qualidades e, configurados como novas fontes de poder para os Estados, o meio ambiente (em seu aspecto amplo) e a energia (que recebe especial atenção após os “choques do petróleo” da década de 1970).

De mesmo modo, ambas trazem consigo uma capacidade importante no que se refere à análise da conversão de poder potencial em poder real, e sua aplicação nas relações internacionais, de acordo com o apresentado Joseph Nye (1990, p. 178):

Power conversion is a basic problem than arises when we think of power in terms of resources. [...] Power conversion is the capacity to convert potential power, as measured by resources, to realized power, as measured by the changed behavior of others.

A temática ambiental engendrou intenso debate sobre as opções de política internacional a serem adotadas pelos Estados. Também, o dinâmico processo de ajustes de poder e interesses internacionais abriu uma janela de novas oportunidades e possibilitou que novos países fossem alçados a posições de destaque no cenário internacional. Ademais, as regras estabelecidas nas diversas conferências realizadas sobre o tema serviram para evitar que as ações humanas desencadeassem uma catástrofe em escala mundial, e também para manter o *status quo* da divisão do poder mundial. Aliás, esse aspecto tem sido denunciado por alguns setores mais nacionalistas como um poderoso discurso que pode também contribuir para uma renovada política de “congelamento” do poder mundial (RIBEIRO, 2008, pp. 109-112).

Não é rara a associação simplista que se faz da questão ambiental à segurança. Como aponta Lorraine Elliot (1998), muitos autores limitam seus argumentos ao fato de que os processos naturais são suficientes para explicar os impactos e suas conseqüências às unidades políticas. Tais autores entendem que a questão ambiental em caráter internacional não pode ser vista dentro de uma dimensão estratégica.

Ledo engano, ao conceber o meio ambiente (em sua diversidade de elementos componentes, como provedor de energia limpa e renovável, emissões de carbono, biotecnologia, biodiversidade, entre outros) como uma variável

estratégica os Estados ganham uma ferramenta de poder de considerável peso em tempos de reconfiguração das relações internacionais.

De acordo com o geógrafo Wagner Costa Ribeiro, “trata-se da visão estratégica, que admite os recursos naturais como vitais à sobrevivência da população de uma unidade política e que, portanto, reforça o conceito de soberania das unidades na gestão de seus recursos” (RIBEIRO, 2001). Em termos geopolíticos, autores como Claude Raffestin (1993) e Ray Cline (1975, 1994) já definiam os recursos naturais como um dos elementos que devem ser ponderados no cálculo de poder. No entanto, este último não o considerava uma fonte de poder, como se faz agora.

Os temas da escassez de recursos naturais necessários à reprodução da vida (direito ambiental internacional e desenvolvimento sustentável) e a ameaça à sobrevivência dos atores (segurança ambiental internacional) estruturaram a nova interface do sistema internacional. A negociação e implementação de tratados, acordos, convenções e a realização de reuniões internacionais com agendas amplas e complexas dão os contornos às discussões multilaterais imersas em conflitos e contradições.

A referência à assimetria de poder internacional para asseverar a existência de uma disputa das potências pelos estoques das riquezas naturais, uma vez que a distribuição geográfica de tecnologia e de recursos é desigual. Também, as tensões se dão pelo fato de que enquanto as tecnologias avançadas são desenvolvidas nos Estados centrais, as reservas naturais (principalmente biogenéticas) estão localizadas nos países periféricos.

Ao largo das discussões sobre meio ambiente, que levam ao lugar comum da preservação, do conservacionismo, e da já desgastada plaqueta da sustentabilidade (que se prega desde reuniões de empresários do agronegócio até em passeatas em prol das baleias), entender o tema como variável componente dos cálculos de poder do sistema internacional lança luz sobre novas maneiras de entender como a geografia política do mundo tem se desenhado após o final da Guerra Fria. Isto se dá pelo fato de que a temática ambiental possui lugar próprio na cena internacional e, com segurança, ter adquirido status de tema prioritário da agenda internacional. Prova clara tem-se no fato de o governo do Estados Unidos (EUA), em 2010, ao publicar sua National Security Strategy, considerar que:

[...] Dependence upon fossil fuels constrains our options and pollutes our environment. Climate change and pandemic disease threaten the security of regions and the health and safety of the American people (USA, 2010, p. 8).

[...]

We welcome Brazil's leadership and seek to move beyond dated North-South divisions to pursue progress on bilateral, hemispheric, and global issues. Brazil's macroeconomic success, coupled with its steps to narrow socioeconomic gaps, provide important lessons for countries throughout the Americas and Africa. We will encourage Brazilian efforts against illicit transnational networks. As guardian of a unique national environmental patrimony and a leader in renewable fuels, Brazil is an important partner in confronting global climate change and promoting energy security (USA, 2010, pp.44-45).

Sob esta ótica, as menções ao meio ambiente aparecem atreladas à outra nova fonte de poder no cenário internacional, a energia:

As long as we are dependent on fossil fuels, we need to ensure the security and free flow of global energy resources. But without significant and timely adjustments, our energy dependence will continue to undermine our security and prosperity. This will leave us vulnerable to energy supply disruptions and manipulation and to changes in the environment on an unprecedented scale.

The United States has a window of opportunity to lead in the development of clean energy technology. If successful, the United States will lead in this new Industrial Revolution in clean energy that will be a major contributor to our economic prosperity. If we do not develop the policies that encourage the private sector to seize the opportunity, the United States will fall behind and increasingly become an importer of these new energy technologies.

We have already made the largest investment in clean energy in history, but there is much more to do to build on this foundation [...] (USA, 2010, p. 30).

A introdução de ambas componentes como basilares da nova dimensão estratégica das relações internacionais traz uma nova possibilidade ao estudo dos recursos hídricos. Todavia, de modo não simplista cabe aqui interpretar este elemento não como pertencente à massa de recursos naturais, em sua forma bruta, pretendemos entendê-los como estoques de poder, assim como as reservas biogenéticas o são.

Ora, se devido à grande expansão urbana, a industrialização, a agricultura, a pecuária intensiva e ainda à produção de energia (elétrica, em refinarias, em usinas nucleares, etc.) – que estão estreitamente associadas à elevação do nível de vida e ao rápido crescimento populacional – crescentes quantidades de água passaram a ser exigidas e os conflitos em torno dos recursos hídricos já se mostraram intensos, o cenário futuro não parece melhorar. Em 2000, o mundo usou duas vezes mais água do que em 1960. E as previsões revelam que este número não parará de crescer. Com efeito, tais fatores tornam a água um recurso naturalmente estratégico para qualquer país do mundo (SALATI, 2010, p. 20).

Água no início do século XXI: geografia política e estratégia

Os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que a escassez de água afeta uma em cada três pessoas em cada continente, e que a quinta parte da população vive em áreas que sofrem essa situação. Um quarto da população mundial enfrenta escassez de água devido à falta de infra-estrutura para transportá-la desde rios e aquíferos. Os fatos e números revelam que a situação é preocupante: 50% da taxa de doenças e morte nos países em desenvolvimento ocorrem por falta de água ou pela sua contaminação. Em todo o mundo, 2,3 bilhões de pessoas sofrem de doenças disseminadas pelas águas. E mais, 1 bilhão de pessoas não têm acesso fácil a nenhum suprimento seguro de água doce; muitos dos que têm não possuem sequer uma torneira em casa (SALATI, 2010, p. 21).

Estas não são questões apenas humanitárias, mas também de segurança e poder. Importante observação se extrai de Ribeiro (2008, p. 32), ao dizer que “a crise da água também é resultado de sua distribuição pelo planeta. [...] A soberania dos países sobre seus territórios tem sido empregada para solução da crise da distribuição da água”.

Tratar a escassez hídrica e a qualidade dos recursos é essencial para a estabilidade de regiões tensas como o Oriente Médio, como no caso dos conflitos entre Israel e seus vizinhos, e também sob a figura da reconstrução em curso no Afeganistão e no Iraque. Estes, assim como outras nações ao redor do globo têm sua estabilidade dependente, em parte, de sua capacidade de dar ao seu povo acesso à água e ao saneamento. Atenta-se ao fato de que mesmo sem água no território é possível conseguir esta substância por meios econômicos ou políticos, como a guerra. Isso permite afirmar que a falta de água não é um problema natural, mas político (RIBEIRO, 2008, p. 72).

Reforçando o fato político, na esteira dos relatórios alarmistas sobre o meio ambiente e a mudança do clima, apesar de ter-se a impressão de que a água está desaparecendo, a quantidade de água na Terra é praticamente invariável há centenas de milhões de anos, o que se altera ao longo dos anos é a sua distribuição e seu estado. Só há perda de qualidade para o consumo graças à poluição e à contaminação, nunca devido ao assoreamento como muitos dizem. São estes fatores que irão inviabilizar a reutilização, causando uma redução do volume de água aproveitável da Terra (JACOBI, 2009, p. 70).

No que concerne aos estoques globais de água doce, Brasil, Rússia, China e Canadá são os países que detêm as maiores reservas. A recente descoberta do Aquífero Alter do Chão¹ reforça a posição da América do Sul como

¹ Localizado no Brasil, sob os estados do Amazonas, Pará e Amapá, possui um volume de 86 mil km² de água doce. Em termos comparativos, seu volume é quase o dobro do Aquífero Guarani (com 45 mil km² de volume), que até então considerado o maior do mundo, partilhado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. As estimativas dão conta de que as reservas de Alter do Chão seriam suficientes para abastecer a população mundial (atualmente próxima à 6 bilhões de pessoas) em cerca de 100 vezes (ARAÚJO, 2010, online).

detentora da maior parte dos recursos naturais (biodiversidade, hídricos, etc.) do mundo. A figura 1 ilustra a dimensão dos aquíferos sul-americanos.

Figura 1
Aquíferos na América do Sul



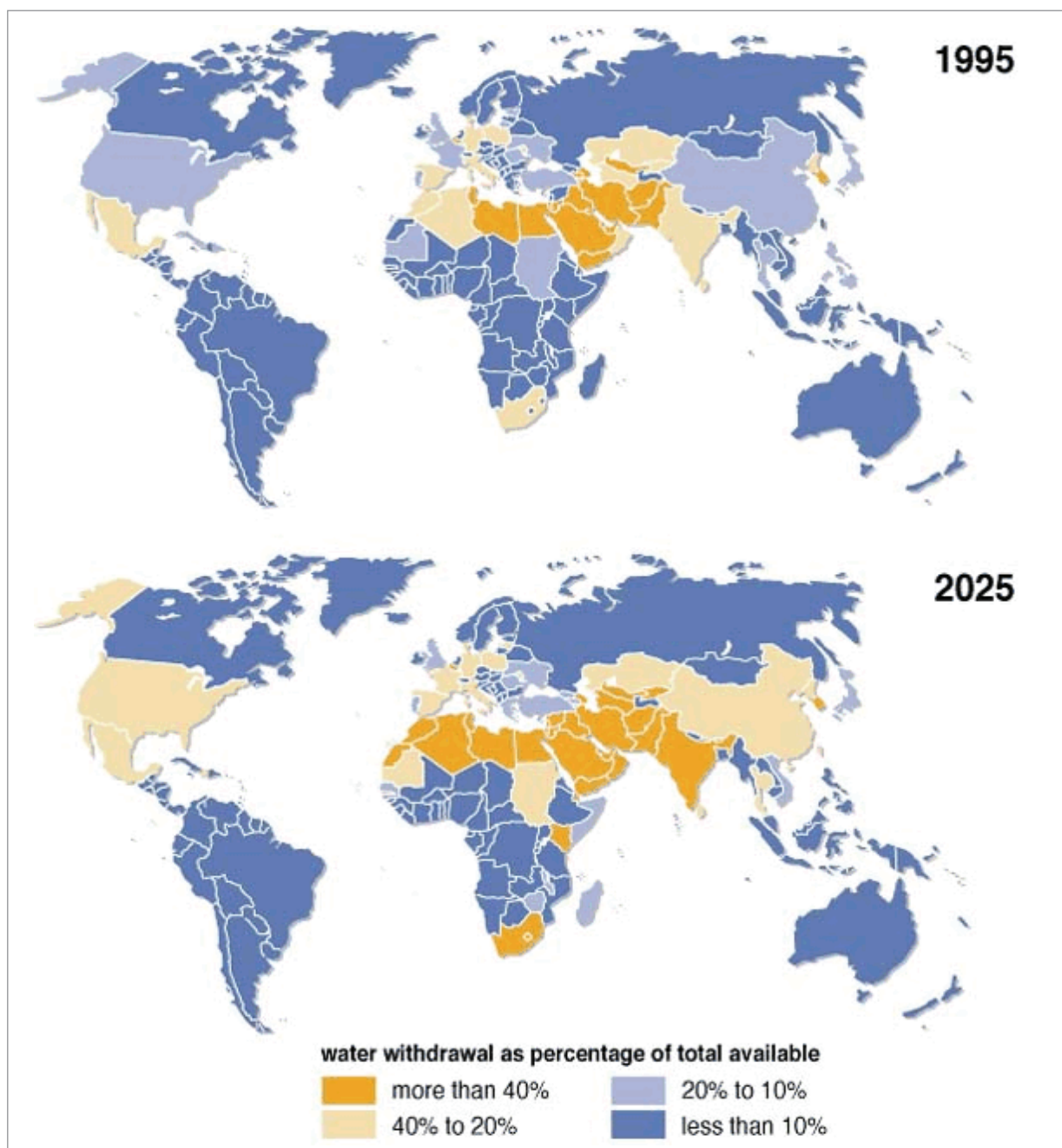
Fonte: Faculdade de Geologia / Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará

O início do século XXI assistiu ao recrudescimento dos nacionalismos e dos fundamentalismos, tendo como evento principal os atentados de 11 de setembro. A face neoconservadora do governo Bush trouxe de volta à sociedade internacional o elemento hobbesiano que os teóricos neoliberais das relações internacionais, como Keohane e Nye (1977), haviam predito como possivelmente extinto após o término da confrontação bipolar e ascensão da interdependência econômica. Em verdade, o elemento de poder, em sua concepção realista, nunca foi extinto, mesmo quando se concebe uma sociedade internacional e não mais um sistema de Estados.

A maximização do *soft power* depende, e sempre dependeu, de elementos tangíveis de poder para sua consecução, independentemente de quais fossem os tipos empregados: econômicos ou militares. Em outras palavras, entre os Estados, exercer influência demanda mais que uma retórica bem elaborada, isto é, os argumentos fungíveis, como armas nucleares ou duras sanções econômicas, acoplam-se ao discurso, fortalecendo posições em prol da consecução de objetivos que não necessitam de demonstrações de força.

Sendo assim, guardar dentro de suas fronteiras volumes de água que podem sustentar, pelo menos, sua população por um longo prazo, é um fator estratégico para os anos vindouros, mais ainda se for possível abastecer outros Estados. O argumento se baseia quando observa-se as projeções de escassez e estresse hídricos feitas pela Organização das Nações Unidas para os próximos anos, como explicita o mapa 1.

Mapa 1
 Estresse hídrico global 1995-2025



Fonte: Global Environmental Outlook 2000, 1999, online

Dada a importância vital da água às atividades humanas, os altos estoques podem proporcionar aos Estados novas fontes de poder, isto é, os detentores de reservas hídricas abundantes, em um futuro não muito distante, terão capacidade de barganhar em outros setores da agenda internacional, usando como instrumento de pressão o fato de possuírem tais recursos. Contudo, utilizar-se de recursos naturais, em especial a água, como instrumento de pressão política não é novidade, como se nota pelas palavras de Ribeiro (2008, p. 133):

A Turquia tem uma posição privilegiada em relação aos demais países do Oriente Médio. Ela abriga nascentes dos rios Tigres e Eufrates, destacados corpos d'água da região. Os turcos podem controlar a vazão de água para Síria e para o Iraque.

[...]

O Iraque manifestou preocupação, antes da ocupação das forças armadas dos EUA e do Reino Unido em 2003, com a intensificação do uso dos recursos dos rios Tigres e Eufrates pela Turquia. Mas a mudança da conjuntura política no país fragilizou sua capacidade de intervenção e negociação com a Turquia. Alguns analistas especulavam que a Turquia controlava o abastecimento do Iraque como maneira de pressioná-lo a comercializar petróleo com o países. No caso da Síria a pressão visaria o fim do apoio sírio aos curdos, que lutam pelo reconhecimento de um país autônomo na região que inclui parte expressiva do território turco, onde estão as nascentes do Tigre e do Eufrates.

No entanto, deslocar a variável ambiental, enquanto um grupo de estoques necessários à reprodução da vida e como base material necessária à economia, transformando-os em fontes de poder político não quer dizer apenas mensurar quantitativamente os recursos naturais. Refere-se a ir além das visões geopolíticas tradicionais, tratar o meio ambiente enquanto uma fonte viva de poder permite que se clarifique intenções e ações de Estados e outros atores (como ONGs e empresas transnacionais) no xadrez global, permitindo aos governos buscarem formas racionais e eficientes de lidarem com os novos desafios que se afiguram.

Tais afirmações encontram lugar num cenário em que as pressões políticas, a geografia política, não mais se assentam sobre ameaças armadas, e sim sobre distensões econômicas, e agora, ambientais, como se vê pelas disputas ao redor da questão climática. O que não quer dizer que conflitos armados não venham a ocorrer, tome-se como exemplo as Guerra do Iraque e a ocupação do Afeganistão levadas a cabo pelo presidente George W. Bush.

De mesmo modo, em situações limite, conflitos armados podem ser desencadeados por posse de reservas de água, como já existiram, em menor escala durante o século XX, porém, tais atritos desenham-se silenciosos, longe de projéteis e tanques, tendo como campos de batalha as chancelarias, os organismos financeiros internacionais e as empresas multinacionais.

Em referência à água, sob esta ótica, controlar tais reservas permite regular fornecimento, vazões e preços. Em um mundo em que a variável “economia” tornou-se predominante, isto eleva sobremaneira o nível de vulnerabilidade dos Estados que dependem de seus vizinhos, ou terceiros, para suprir suas demandas hídricas. O comprometimento do abastecimento hídrico torna impossível a reprodução decente da vida, a sustentação energética, e conseqüentemente, econômica. Não só, permite que grupos empresariais transnacionais ocupem vácuos deixados pelas bruscas mudanças internacionais ocorridas ao final do século XX, fragilizando a atuação estatal, e permitindo as implicações assistidas por todo o mundo periféricos durante a década de 1990.

Considerações finais

Os efeitos da falta de acesso à água e ao saneamento são conhecidos. De acordo com informe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), 1,8 milhão de menores de cinco anos morrem por falta de água limpa. Também, diz que a diarreia, principalmente causada pela água suja, mata cerca de 2,2 milhões de pessoas por ano, e que aproximadamente a metade dos leitos hospitalares do mundo está ocupada por quem sofre “doenças vinculadas à água contaminada”. Em mesmo sentido, em 2025, quase dois terços dos países enfrentarão uma absoluta escassez de água, elevando seu valor consideravelmente, a ponto de uma falta de água ameaçar o desenvolvimento social e econômico (BERGER, 2010, online).

Por outro lado, ao recordarmos que a água da terra não está acabando, que na realidade a água da superfície terrestre pode estar aumentando pela adição de água vulcânica, temos que a definição do caráter estratégico da água decorre da sua importância na vida contemporânea, principalmente, à realização do lucro e à sua sustentação material.

O caráter estratégico da água, definido em termos de poder não-militar, se dá pelo aumento do poder político, da capacidade de influência na política internacional. A associação e elevação do meio ambiente, que vai da gestão

dos recursos hídricos às emissões de gases do efeito estufa, a termo de poder permite que se tenha um novo olhar sobre as relações internacionais contemporâneas. Busca-se uma mudança de percepção, por meio da interpretação de um recurso consolidado, o poder, e trazendo à mesa de debates, posições que procurem demonstrar a relevância da temática ambiental, desvinculando as mistificações futuristas e previsões alarmistas feitas em profusão e a exaustão.

A água adentra o século XXI como componente fundamental nesta releitura. Ora, o tema é tão controverso e sensível aos Estados que até hoje não se realizou uma conferência internacional sobre o compartilhamento dos recursos hídricos. As ações começam a ganhar corpo, como demonstra a iniciativa, ainda que tímida, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, da sigla em inglês), que realizou em 23 de abril de 2010 a primeira reunião anual de alto nível sobre água e saneamento na capital dos Estados Unidos.

De fato, os arranjos institucionais para a gestão da água ainda são frágeis, quando comparados a outros que compõem a interface ambiental da sociedade internacional. Contudo, se observados enquanto fontes de incremento do poder político dos Estados, certamente, receberão a devida importância de tratamento. Afinal, para se atingir interesses na cena internacional, é preciso que sejam utilizados, de modo refinado e racionalizado, as fortalezas reconhecidas e procurar diminuir as debilidades, por isso, nada mais transparente que a água para desnudar a geografia política do nascente século XXI.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, J. A. G. Os Desafios de uma ordem internacional em transição. In: LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (Orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1, p. 35-56.
- ARAÚJO, G. Aquífero na Amazônia pode ser o maior do mundo, dizem geólogos. *Portal G1*. [En-línea]. 19 de abril de 2010. <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/aquifero-na-amazonia-pode-ser-o-maior-do-mundo-dizem-geologos.html>>. [12 de julho de 2010.].
- BERGER, M. Hillary defende “diplomacia preventiva” em relação à água. *Inter Press Service (IPS)*. 23 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=71581&edt=>>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- CLINE, R. S. Avaliação do poder mundial. *Política e Estratégia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-17, 1983.
- CLINE, R. S. *The power of nations in the 1990s: a strategic assessment*. Laham, MD: University Press of America, 1994.
- CLINE, R. S. *World power assessment 1977: a calculus of strategic drift*. Washington, DC: Center of Strategic and International Studies, 1975.
- ELLIOT, L. *The global politics of the environment*. London: Macmillan, 1998.
- FONT, J.; RUFÍ, J. *Geopolítica, identidad y globalización*. Barcelona: Ariel, 2001.
- HALLIDAY, F. *Genesis de la segunda Guerra Fría*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A.; MEDEIROS, Y.; ROMEIRO, A. Governança da água no Brasil: dinâmica da política nacional e desafios para o futuro. In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. (Org.). *Governança da água e políticas públicas na América Latina e Europa*. São Paulo: Annablume, 2009. 1.v. p. 49-82.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. *Power and interdependence: world politics in transition*. Boston: Little, Brown and Company, 1977.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI : Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NYE, J. Independence and interdependence. *Foreign Policy*, n. 22, p. 130-161, Spring, 1976.
- NYE, J. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- NYE, J. Soft power and American foreign policy. *Political Science Quarterly*, v. 119, n. 2, p. 255-270, Summer, 2004.

- NYE, J. Soft power. *Foreign Policy*, n. 80, p. 153-171, Autumn, 1990a.
- NYE, J. The changing nature of world power. *Political Science Quarterly*, v. 105, n. 2, p. 177-192, Summer, 1990b.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global. *Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, septiembre de 2001, n. 312. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-312.htm>>. [30 de octubre de 2009]. ISSN: 1138-9788.
- RIBEIRO, W. C. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ROCHMAN, A. R. A avaliação de poder nas relações internacionais. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 46, p. X-X, 1999.
- SALATI, E. A guerra mundial pela água pode ser pacífica. *Plurale*. [En-línea]. n. 16, p. 20-21, mar./abr., 2010. <<http://www.plurale.com.br/revista-digital.php>>. [12 de julio 2010].
- SARAIVA, J. F. S. (Org.) *História das relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Saraiva; Brasília, DF: IBRI, 2007.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM. *Global Environmental Outlook 2000*. Nairobi: 1999. Disponível em: <<http://www.unep.org/geo2000/>>. Acesso em: 17 jul 2010.
- UNITED STATES OF AMERICA. U.S. State Department. *National Security Strategy 2010*. Washington, DC: 2010.
- VALENTE, M. Água dulce y cristalina en el Sótano del Mercosur. *Tierramérica* [En-línea]. 5 de abril de 2010. <<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=esp&idnews=3588>>. [2 de mayo de 2010].

Recebido em 11/11/2010

Aprovado em 09/12/2010

Resumo

Ao fim da Guerra Fria, a reconfiguração de temas e agendas do sistema internacional nos trouxe a temática ambiental como uma nova variável aos cálculos estratégicos; como uma nova forma de poder. A partir disso, a concepção deste trabalho fundamenta-se na crença de que a questão ambiental inseriu-se no debate sobre as opções de política internacional a serem adotadas pelos Estados, dada a complexidade de relações que envolve e sua participação nas acomodações políticas, geopolíticas e econômicas. Com isso, procura-se entender como os estoques de recursos hídricos, por meio da análise de conflitos existentes ou potenciais por água entre os países, podem ser tomados como parte desta nova fonte de poder da sociedade internacional que se configura no início do século XXI, e também, quem são os detentores deste poder percebido.

Abstract

At the end of the Cold War, the reconfiguration of themes and agendas of the international system brings the environmental subject as a new source to the strategic calculus; as a new issue of power. From this, the thinking of this paper is based on the belief that the environmental question took part in the debate on international policy options to be adopted by States, given its complexity of relationships involved and its participation in political, geopolitical and economic accommodations. Thus, we seek to understand how the stocks of water resources, through the analysis of existing or potential conflicts for water between countries, can be taken as part of this new source of power in international society which takes shape in the XXI century, and also, who are the holders of this perceived power.

Palavras-chave: relações internacionais, recursos hídricos, geografia política, poder, meio ambiente

Key words: international relations, water resources, political geography, power, environmental